

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/363539657>

Colonialismo digital, racismo e acumulação primitiva de dados Digital colonialism, racism and the primitive accumulation of data

Article · September 2022

DOI: 10.9771/gmed.v14i2.49760

CITATION

1

READS

378

2 authors, including:



Walter Lippold

Universidade Federal Fluminense

4 PUBLICATIONS 1 CITATION

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Frantz Fanon and the intellectual scene in the war of independence in Algeria [View project](#)

COLONIALISMO DIGITAL, RACISMO E A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DE DADOS

COLONIALISMO DIGITAL, RACISMO Y LA ACUMULACIÓN PRIMITIVA DE DATOS

DIGITAL COLONIALISM, RACISM AND THE PRIMITIVE ACCUMULATION OF DATA

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v14i2.49760>

Deivison Faustino¹

Walter Lippold²

Resumo: O colonialismo digital não é uma nova fase, mas um dos traços objetivos do atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista e representa um largo passo em direção à uma reificação, cada vez mais profunda, da nossa experiência e senso de realidade, elevando a um novo patamar, a objetificação e mercantilização das relações, das mais simples às mais complexas. Refere-se, em primeiro lugar, à uma nova partilha do mundo que atualiza o imperialismo e o subimperialismo, ao reduzir o chamado Sul global a mero território de mineração extrativista de dados informacionais ou a consumidores retardatários de tecnologia. No entanto, atualiza e viabiliza novas formas de exploração, opressão e controle político, ideológico e subjetivo, a partir de um fenômeno aqui nomeado como acumulação primitiva de dados. Ambos os processos, marcados por um assombroso desenvolvimento tecnológico a serviço da apropriação e exploração do valor, redefinem e ao mesmo tempo, são possibilitados por, por novas expressões de racismo e da racialização. Assim, problematizamos a relação entre o colonialismo digital e o chamado racismo algorítmico a partir da apresentação de categorias como acumulação primitiva de dados, *fardo do nerd branco*, *racialização digital*.

Palavras-chave: Colonialismo digital. Colonialismo de dados. Acumulação primitiva de dados. racismo algorítmico

Resumen: El colonialismo digital es uno de los rasgos objetivos de la actual etapa de desarrollo del modo de producción capitalista y representa un gran paso hacia una cosificación cada vez más profunda de nuestra experiencia y sentido de la realidad, llevando a un nuevo nivel la cosificación y mercantilización de las relaciones, desde lo más simple hasta lo más complejo. Se refiere, en primer lugar, a una nueva división del mundo que actualiza el imperialismo y el subimperialismo, al reducir el llamado Sur global a un mero territorio de extracción de datos informativos o consumidores tardíos de tecnología. Sin embargo, actualiza y posibilita nuevas formas de explotación, opresión y control político, ideológico y subjetivo, a partir de un fenómeno denominado aquí como acumulación primitiva de datos. Ambos procesos, marcados por un asombroso desarrollo tecnológico al servicio de la apropiación y explotación del valor, se redefinen y al mismo tiempo son posibilitados por nuevas expresiones de racismo y racialización. Así, problematizamos la relación entre el colonialismo digital y el denominado racismo algorítmico a partir de la presentación de categorías como acumulación primitiva de datos, *carga del nerd blanco*, *racialización digital*.

Palabras clave: Colonialismo digital. Colonialismo de datos. Acumulación primitiva de datos. Racismo algorítmico.

Abstract: Digital colonialism is one of the objective features in the current stage of development in capitalism and represents a large step towards an ever deeper reification of our experience and sense of reality, taking objectification to a new level. and commodification of relationships, from the simplest to the most complex. It refers, first of all, to a new division of the world that updates imperialism and sub-imperialism, by reducing the so-called global South to a mere territory for extractive mining of informational data or to belated consumers of technology. However, it updates and enables new forms of exploitation, oppression and political, ideological and subjective control, based on a phenomenon named here as primitive accumulation of data. Both processes, marked by an astonishing technological development at the service of the appropriation and exploitation of value, redefine and at the same time, are made possible by, by new expressions of racism and racialization. Thus, we will problematize the relationship between digital colonialism and the so-called algorithmic racism from the presentation of categories such as primitive accumulation of data, burden of the white nerd, digital racialization.

Keywords: Digital colonialism. Data colonialism. Primitive accumulation of data. Algorithmic racism

Introdução

As transformações técnicas, econômicas, sociais e ideológicas provocadas pela introdução da informática, telecomunicações e da robótica no interior dos processos produtivos capitalistas – mormente nomeadas como Indústria 3.0 – permitiram, à um só turno, o "enxugamento" das unidades fabris a partir da expulsão de milhares de trabalhadores de seus postos e, sobretudo, o controle logístico e a busca pela sincronização dos tempos e espaços urbanos ocupados pela esfera da circulação de mercadorias. Alguns anos depois, o desenvolvimento das tecnologias digitais no interior da assim chamada Indústria 4.0 redefiniu a arena da luta de classes mundial ao sofisticar as possibilidades de expropriação a patamares inéditos e, com isso ampliar as desigualdades e a violência própria à divisão internacional, regional e racial do trabalho.

Do assombroso - e, até o momento, inalcançável - desenvolvimento da nanotecnologia aplicada à produção de semicondutores em Taiwan à corrida pelas criptomoedas ou pela supremacia quântica computacional, vê-se levantada não apenas o dilema da queima incontrolável de recursos naturais e energéticos mas, sobretudo, a elevação absurda da dominação (subsunção) real e formal da vida aos tempos (abstratos) da produção capitalista.

Supostamente, os debates recentes em torno da Indústria 5.0 no Japão buscam "corrigir" os excessos bárbaros deste percurso de exploração automatizada se voltando ao reconhecimento da cooperação humana e do meio ambiente na direção de uma espécie de *estado de bem estar digital*. Para além das aparências e alegadas boas intenções, essa proposição não emerge como preocupação com a vida ou com o planeta, mas como possibilidade de ampliar ainda mais a sincronização dos tempos de trabalho de modo a evitar o colapso absoluto das condições de reprodução do capital no interior de uma lógica produtiva autofágica. Assim como o *welfare state* do pós-guerra não se sustentou sem as colônias africanas e asiáticas, o estado de bem estar digital parece possível, desde o início, desde que suas benesses não estejam disponíveis em outras partes do mundo, cada vez mais conectado.

As perguntas que se perseguem no presente artigo são: quais as implicações do incremento tecnológico às formas clássicas de exploração capitalista do trabalho e, sobretudo, qual é a relação desses processos econômicos e tecnológicos com o colonialismo e com o racismo? Como já descrevemos em outro lugar (Faustino e Lippold, 2022), o colonialismo digital é um dos traços objetivos do atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista e representa um largo passo em direção à uma reificação, cada vez mais profunda, da nossa experiência e senso de realidade, elevando a um novo patamar, a objetificação e mercantilização das relações, das mais simples às mais complexas. Refere-se, em primeiro lugar, à uma nova partilha do mundo que atualiza o imperialismo e o subimperialismo, ao reduzir o chamado Sul global a mero território de mineração extrativista de dados informacionais ou a consumidores retardatários de tecnologia.

No entanto, atualiza e viabiliza novas formas de exploração, opressão e controle político, ideológico e subjetivo, a partir de um fenômeno aqui nomeado como acumulação primitiva de dados. Ambos os processos, marcados por um assombroso desenvolvimento tecnológico a serviço da apropriação e exploração do valor, redefinem e ao mesmo tempo, são possibilitados por, por novas expressões de racismo e da racialização. Sua existência se materializa a partir de duas tendências: A primeira é a emergência de uma nova partilha territorial do globo terrestre entre os grandes monopólios da indústria da informação: as chamadas *Big Techs*, majoritariamente concentradas no Vale do Silício, mas não apenas. Partilha essa que atualiza o imperialismo, o subimperialismo e neocolonialismo tardio ao reduzir o chamado Sul global a mero território de mineração extrativista de dados informacionais.

A segunda tendência, também nomeada como *colonialismo de dados*, é aquela que subsume cada vez mais a vida humana, o ócio, a criatividade, a cognição e os processos produtivos às lógicas extrativistas, automatizadas e panópticas do *colonialismo digital*. Não se trata, aqui, de uma simples alteração dos ritmos de vida ou mesmo da percepção humana pela introdução de novas tecnologias, como poderia se presumir, mas, sim, da manipulação intencional da cognição humana por grandes corporações empresariais a partir dessas tecnologias com vistas à ampliação da acumulação de capitais. Como veremos, ambas as expressões de colonialismo, não se materializam sem se apropriar e ressignificar o racismo moderno em termos digitais. Assim, problematizamos a relação entre o colonialismo digital e o chamado racismo algorítmico a partir da apresentação de categorias como acumulação primitiva de dados, fardo do nerd branco, racialização digital.

A nova partilha do mundo e o colonialismo digital

O colonialismo digital é um dos traços objetivos do atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Para o sociólogo sul-africano Michael Kwet, se caracteriza pelo uso da tecnologia digital para a dominação política, econômica e social de outra nação ou território. Se o colonialismo clássico era baseado na ocupação de terras estrangeiras para a instalação de infraestruturas (militares,

transporte, comunicação e administrativa) apropriação e expropriação de recursos, controle do território e da infraestrutura, extração violenta de trabalho, conhecimento e mercadorias e do exercício do poder estatal para viabilizar a pilhagem de um determinado território, hoje:

[...] as “veias abertas” do Sul Global de Eduardo Galeano são as “veias digitais” que cruzam os oceanos, conectando um ecossistema tecnológico de propriedade e controlado por um punhado de corporações baseadas principalmente nos EUA. Alguns dos cabos de fibra óptica transoceânicos são equipados com fios de propriedade ou alugados por empresas como Google e Facebook para promover sua extração e monopolização de dados. O maquinário pesado de hoje são os farms de servidores em nuvem dominados pela Amazon e pela Microsoft que são usados para armazenar, agrupar e processar big data, proliferando como bases militares para o império dos EUA (KWET, 2021).

E segue a aplicação oferecida pelo autor:

Os engenheiros são os exércitos corporativos de programadores de elite com salários generosos de US\$ 250.000 ou mais. Os trabalhadores explorados são as pessoas de cor extraindo os minerais no Congo e na América Latina, os exércitos de mão de obra barata anotando dados de inteligência artificial na China e na África e os trabalhadores asiáticos que sofrem de PTSD depois de limpar plataformas de mídia social de conteúdo perturbador (KWET, 2021).

As chamadas *Big Techs* – grandes corporações do ramo da tecnologia digital – representam um elo fundamental deste estágio de acumulação capitalista ao controlarem amplos setores econômicos e se apresentarem, cada vez mais, como elemento central à produção e reprodução capitalista. Não é possível ignorar, no entanto, o papel decisivo oferecido pelas pequenas startups AdTechs (Advertising + Technology), MarTechs (Marketing + Technology) e FinTechs (Finance + Technology) no setor. Embora essas empresas girem em torno das Big techs, elas têm autonomia maior de funcionamento e liberdade para criatividade, inclusive, para burlar legislações locais. As corporações do Vale do Silício juntas valem mais de 10 trilhões de dólares. Das 10 empresas mais valiosas do mundo, somente duas (Aramco, Hathaway) não atuam diretamente ou indiretamente no ramo da indústria digital. Só as chamadas *Big Five* (Apple, Amazon, Alphabet, Microsoft e Facebook) somaram quase 900 bilhões em receita em 2019. Este faturamento cresceu 25% em relação ao período anterior à pandemia (SHIMABUKURO, 2021).

O que chama a atenção, no entanto, não é o assombroso montante de recursos que movimentam e as colocam entre as mais rentáveis empresas do mundo, mas, sobretudo, as formas pelas quais se dão os seus processos de apropriação e valorização. Em primeiro lugar, estamos diante de uma tendente monopolização de setores estratégicos do ramo, a partir do controle da produção de aplicativos e serviços em nuvem, produtos e acúmulo de dados e outros serviços singulares. Em segundo lugar, essa monopolização não rompe, mas intensifica e diversifica a um patamar jamais visto nas formas de apropriação do tempo de trabalho para as finalidades de acumulação de capitais.

Em um estudo seminal Terezinha Ferrari (2008) analisa as transformações técnicas, econômicas, sociais e ideológicas provocadas pela introdução da informática, telecomunicações e da robótica no

interior dos processos produtivos capitalistas no que ficou conhecido como Indústria 3.0. Consta que essa introdução permitiu, em um só turno, **1.** o "enxugamento" das unidades fabris a partir da expulsão de milhares de trabalhadores de seus postos e, **2.** o controle logístico e a busca pela sincronização dos tempos sociais e espaços urbanos ocupados pela esfera da circulação de mercadorias.

Essas alterações, nomeadas por ela de "fabrilização da cidade", tiveram efeitos substantivos sobre o conjunto complexo das relações sociais - sobretudo, mas não apenas, urbanas - ao permitirem ao capital apropriar-se do tempo livre do trabalhador e, ao mesmo tempo, maquiar essa alienação ao inseri-lo - mesmo em seu tempo livre e/ou desempregado - na expropriação de tempo de trabalho excedente que caracteriza o processo de valorização do capital:

Quantidades cada vez maiores de seres humanos, das mais diversas formas, ligam-se aos fluxos de valor por períodos e fatias de tempo, grandes ou pequenas. Pensa-se e trabalha-se para o capital mesmo em horas do dia que, anteriormente, não eram dedicadas a isso: em casa (negando concretamente a esfera privada, solucionam-se problemas da produção), no período do deslocamento de casa para a fábrica (trabalhadores sonolentos ouvem barulhentas e insistentes recomendações sobre segurança no trabalho). Reproduce-se o mundo estranhado do capital, a qualquer momento, onde se estiver conectado com a Internet, ou qualquer um que dispuser de um telefone celular (de madrugada ou durante um fim de semana, de férias ou não). Consuma-se esta reprodução mesmo entre aqueles que não estão empregados, pois, estão empenhados na construção de sua empregabilidade ou na procura de nichos de mercado para a instalação de empreendimentos mercantis (FERRARI, 2008, p. 89).

O que Ferrari constatou é que as atividades logísticas se hipertrofiaram devido às "novas" necessidades de produção e circulação capitalista. *O just in time* foi a máxima deste processo que *fabrilizou* as cidades ao transformar suas vias em grandes esteiras produtivas de forma a viabilizar a apropriação do valor em uma nova escala. Para que o Mercado Livre ou a Amazon, por exemplo, possam entregar suas mercadorias em um curto tempo, estas mercadorias precisam, em primeiro lugar, serem produzidas fisicamente - pelos já conhecidos processos de exploração de trabalho -, mas, em segundo lugar, precisam estar "disponíveis", em tempo e quantidade, o mais próximo possível dos potenciais compradores.

Para viabilizar esse truque, os antigos estoques fordistas foram relativamente substituídos pelo movimento, quase contínuo, dessas mercadorias nas esteiras urbanas. Eles chegam "rápido" porque já estavam circulando "próximos" de nós ou de alguma via que o permita serem enviados *just in time* a qualquer parte do mundo. Embora este fato só seja possível mediante a grandes impactos sociais e ambientais, ele foi sendo agravado por outras inovações tecnológicas.

Por outro lado, a uberização do trabalho, por exemplo, intensificou os efeitos da fabrilização à patamares inéditos ao permitir a disponibilidade *just in time* de outra mercadoria fundamental à valorização do valor: a força de trabalho. Óbvio também, como destaca Ferrari (2008), que o desenvolvimento tecnológico informacional permitiu ao capital a ampliação astronômica do grau de previsibilidade *do que*,

quando, onde e por quem determinado produto será comprado. Mas as possibilidades de exploração que se abriam com essas inovações tecnológicas não pararam aí.

O posterior desenvolvimento das tecnologias digitais no interior da assim chamada Indústria 4.0 redefiniu, novamente, a luta de classes, ao complexificar qualitativamente – sem contudo, superar – os processos de dominação econômica, política, social e racial de determinados ou territórios, grupos ou países. Tomemos como exemplo a principal fonte de receita da Amazon.

Fundada em 1994 como empresa de varejo, foi se convertendo – especialmente a partir do lançamento do Amazon Web Services – AWS – em 2004 – em uma plataforma mundial de computação em nuvem sob demanda entrelaçado a um ecossistema de vendedores, desenvolvedores, empresas e criadores de conteúdo. Atualmente, o segmento que mais contribui para os lucros da empresa não é o varejo físico ou online, mas sim o AWS, o segmento que mais cresce em sua receita líquida, com uma participação de 12,5 % (o que equivale a US \$ 35,0 bilhões). Ao mesmo tempo, o seu lucro operacional contribui com mais de US \$ 9,2 bilhões, ou seja, 63,3% da receita operacional total da Amazon (2019) é obtida pela fusão e, ao mesmo tempo, elevação à outro patamar da relação entre produção, circulação e consumo, extrapolando a mera disponibilidade logística de seus produtos físicos ou digitais.

Esse achado não contrapõe as descobertas de Ferrari, mas ampliam a sua abrangência pois, contraditoriamente, a *fabricalização* avançou da esfera civil para a privada, sem, contudo, se perder em sua missão de viabilizar a intensificação da apropriação dos tempos de trabalho, agora, agora não apenas na esfera da circulação, mas também na esfera do consumo.

Do outro lado do ringue monopolista, Elon Musk, dono da Tesla, empresa que viu seu valor de mercado avançar mais de 300% durante a pandemia, respondeu em seu twitter à uma crítica que o associava ao golpe orquestrado pelos EUA contra o presidente boliviano Evo Morales com a seguinte frase: "vamos dar golpe em quem quisermos! Lide com isso". A Bolívia é detentora da maior reserva de lítio do mundo, matéria prima fundamental para a produção de baterias da Tesla. Musk continua sua senda de apoiar golpes e regimes autoritários de extrema-direita, que perseguem, torturam e exterminam povos indígenas, militantes, ativistas ambientais, como no caso brasileiro, onde recebeu a Medalha de Honra ao Mérito da Defesa. Musk reuniu-se com o presidente da República para tratar da proteção da Amazônia e de proporcionar conexões e acessos via seu sistema starlink de satélites, já usado em prol do regime ucraniano.

O contexto atual de emprego da tecnologia na reprodução capitalista impõe alguns desafios teóricos e metodológicos quando se busca investigar o que é novo e o que se mantém das expressões de exploração e dominação anteriores. Os monopólios, estudados em detalhes por Lênin em sua teoria do imperialismo, são predadores incorrigíveis ao desmantelarem e se apropriarem de capitais menores a partir de práticas de mercado nada leais à tão adorada concorrência.

Lênin também alertou para a tendência de financeirização da economia capitalista a partir de uma fusão imoral entre o capital industrial e o capital bancário. Lembremos que no imperialismo o *capital*

financeiro não substitui e nem supera o *capital industrial* mas, o articula em novas bases, redefinindo a concorrência capitalista mundial ao permitir a conformação de grandes monopólios com poder e alcance global. Tratava-se, segundo ele, de um novo estágio de desenvolvimento capitalista, diferente daquele que constituiu a Revolução Industrial.

Ao que tudo indica, a recente eclosão das Big Techs apresenta novidades a esse processo de exploração e apropriação do valor: o enlace entre o mundo da tecnologia e o mundo das finanças - o que não é, em si, uma novidade desde o início do capitalismo – ganha novas expressões a partir de uma dada articulação entre datificação, financeirização e neoliberalismo que elevam as Big Techs a condição de espinhas dorsais (*Backbones*) das inovações financeiras constituindo uma espécie de "teia de aranha digital-financeira" (MORAES, 2021). Como explica o engenheiro Roberto de Moraes (2021):

a Microsoft, que está próximo de passar a Apple na liderança de valor de mercado entre as Big Techs, rumo aos US\$ 3 trilhões, divulga que a maioria das grandes empresas do ocidente, de vários setores da economia, dependem do seu “Workspace”, para continuar operando, existindo e capturando valor da economia real. É aí que as Big Techs encontram ponto de tangência para se imbricar à economia real no e-commerce, indústria 4.0, indústria das informações e mídia e também nos bancos digitais-fintechs, moedas digitais, tokenização (divisão de propriedades com uso de metadados e registros no blockchain), etc.

Mas as inovações não se encerram aí. Embora o desenvolvimento das forças produtivas representem, efetivamente, a ampliação das capacidades humanas em seu trajeto não linear e complexo de afastamento das capacidades naturais, a inversão produtiva operada pela necessidade valorização do valor faz, no atual estágio de acumulação capitalista, com que as forças produtivas se apresentem, cada vez mais, como aquilo que Mészáros (1989) descreveu como forças destrutivas, ampliando ainda mais a submissão da vida à um tempo estranhado e cada vez mais violento sob o qual parece perdemos o controle (POSTONE, 2014). É verdade que, neste contexto, o Vale do Silício se apresenta como a representação encantada e mitológica de um suposto "novo capitalismo" (Durand, 2020:30), mas não se observa, portanto, regressão tecnificada à formas feudais de dominação mas, sim, intensificação do controle e da predação monopolista própria ao capitalismo, mesmo em seu período industrial. A concorrência, a democracia e o bem-estar social capitalista sempre conviveram com violência e o genocídio colonial, longe dos olhos atentos de importantes críticos ocidentais (Faustino e Lippold, 2022). O colonialismo digital, no entanto, ocorrem em um estágio de desenvolvimento e - ao mesmo tempo) destruição capitalista em que essa violência passa a ser percebida também nos centros capitalistas, curiosamente, como degeneração do capitalismo ou regressão feudal, quando é, na verdade, expressão de seu desenvolvimento ampliado.

Inovações como o *metaverso*, anunciado pelo Facebook (atual Meta), mas também estudado pela Microsoft, Google, Amazon e Tesla, não são pensadas para serem simples produto a disputarem o mercado de entretenimento virtual, mas o resultado de uma corrida cujo podium é o direcionamento,

canalização e controle dos fluxos financeiros. Uma corrida que pressupõe, assim como no velho imperialismo, uma disputa pelo controle de determinados nichos de mercado, mas, sobretudo, pelo controle político, econômico e ideológico de determinados territórios e insumos estratégicos.

Assim como no velho imperialismo, não era possível aos grandes conglomerados renunciarem aos Estados Nacionais e, sobretudo, de seu poder de soberania e tirania geopolítica. Este traço, não apenas permanece, mas é agravado por novas tecnologias de espionagem, golpes de Estado, controle social e morte. Mas há aqui uma tendência à privatização de algumas dessas funções que passam a ocorrer em paralelo ou até em disputa com os aparelhos estatais. Não se trata, como previu Antônio Negri em seu *Império* (2001), de uma derrota do Estado capitalista pelas grandes empresas transnacionais, mas de uma nova modalidade de coabitação promíscua entre eles. Como explica Moraes (2021), "o poder de monopólio não apenas de emissão de moedas e meios de circulação, mas de registro de fluxos de negócios e de garantia, que antes só o Estado exercia".

Como veremos mais à frente, esta nova partilha mantém, intensifica ou atualiza as "velhas" tendências da divisão racial e geográfica do trabalho, não apenas por concentrar o poder no chamado "Norte Global" mas, sobretudo, por reproduzir uma racialização do acesso e da exclusão dessas tecnologias. Se o desenvolvimento das Tecnologias da Informação permitiu a milhões de alunos assistirem suas aulas em casa, em segurança, durante a pandemia, dados do observatório *Brasil Digital* revelam que 4,1 milhões de estudantes não conseguiram participar das aulas virtuais por falta de infraestrutura adequada em um país como o Brasil. O estudo ainda evidencia uma intensa desigualdade regional, de classe e racial de acesso entre os estudantes que conseguiram assistir às aulas. Esta desigualdade, explicitamente racializada, será continuamente explorada como possibilidade de maximizar a exploração de valor ou mesmo a expropriação (*acumulação primitiva*) de dados. Vejamos como isso se dá, concretamente.

Acumulação primitiva de dados

Ao mesmo tempo que se assiste uma nova partilha do mundo, observa-se em escala global a mineração de dados, metadados e biodados vitais dos cidadãos para aproveitamento privado dos grandes conglomerados do Vale do Silício. Dados sigilosos dos sistemas de saúde, educacional e de justiça, redes públicas de educação, entre outros, têm sido sistematicamente sugados pelo pelos grandes monopólios informacionais (SILVEIRA, 2020). Estamos diante de um verdadeiro saque milionário de informações transformadas em ativos econômicos, perpetrado por corporações imperialistas que extraem, armazenam e processam dados, expertise e padrões sociais, quantificando parte fundamental das nossas vidas para melhor mercantilizá-las.

Trata-se de uma verdadeira *acumulação primitiva digital*. Uma tendência à colonização, ou melhor, subsunção, da vida cotidiana e de seus processos cognitivos ao universo digital. Um largo passo, aparentemente sem volta, em direção à uma ciborguização cada vez mais profunda da nossa experiência e

senso de realidade de forma que a objetificação e mercantilização das relações, das mais simples às mais complexas. Esse violento extrativismo, no entanto, não é um mero discurso de poder, mas o reflexo de uma disputa pelas novas matérias primas indispensáveis à ampliação e expropriação das frações de mais valor: os dados.

Há um intenso debate a respeito da natureza dos dados. Em maio de 2017, o Jornal *The Economists* publicou um artigo com o título “o recurso mais valioso do mundo não é mais o petróleo, mas sim os dados”. O artigo, baseado em uma coluna do matemático londrino Clive Humby, foi escrito para alertar “o Mercado”, ou melhor, seus agenciadores, sobre este filão mas, também, para clamar por alguma regulação que evitasse a formação de novos trustes que levassem ao monopólio no acesso aos dados, considerado uma commodity. Posteriormente, diversos estudiosos reagiram ao artigo contestando ou mesmo refutando a comparação e, sobretudo, a classificação dos dados como uma *commodity*.

Independentemente das posições que se assumam no debate, há um consenso em relação ao seu valor elevado, quando comparado ao velho e valioso “ouro negro”. O ponto que se quer destacar aqui é que esse novo ativo tem movimentado os setores mais dinâmicos do capital, mas as disputas por sua extração seguem os antigos padrões coloniais monopolistas. Trata-se, de um lado, de novas disputas pela obtenção, controle e análise de dados, coletados com ou sem o consentimento de seus produtores pelas grandes corporações e do outro lado, da velha disputa neocolonial pelos recursos materiais necessários à produção e reprodução da big data.

A grande questão que não se pode perder de vista é que esse novo extrativismo não dilui, mas intensifica e é intensificado pelos efeitos do *neocolonialismo tardio* (Yeros e Jab, 2019), ampliando ainda mais os antigos fossos criados pela divisão internacional do trabalho. Como afirma a jurista guatemalteca Renata “tecnologias de informação e comunicação (TIC), a inovação em inteligência artificial e a capacidade de implantar sistemas e infraestrutura rapidamente em mercados emergentes estão concentradas em apenas alguns países, que agora estão em uma corrida para ser o número um” (PINTO, 2018, p.16).

A jurista argumenta que esse grande capital – muitas vezes marcado pela fusão do setor público e privado em *joint ventures* com vistas à dominação global – se configura pela grande concentração (mais uma vez, monopolista) de alguns elementos ausentes nas economias em desenvolvimento como: 1. os recursos de capital (propriedade e controle de cabos e servidores e dados) e os recursos intelectuais (os técnicos e instituições de pesquisa mais avançados); 2. Uma arquitetura jurídica nacional e internacional que limita a capacidade de inovação dos países em desenvolvimento (como o sistema de patentes e direitos autorais, por exemplo); e 3. A disponibilidade de capital financeiro para projetar e investir em pesquisa pesada de desenvolvimento ou, sobretudo, explorar as formas inovadoras que emergem, nestes contextos.

É possível comparar a distribuição mundial de fibra óptica com a expansão imperialista das linhas ferroviárias, no século XIX. Nos dois casos a exportação de capitais que viabiliza tal monta só foi

possível mediante a partilha colonial do mundo de forma a inserir de maneira subordinada os territórios colonizados ou recém independentes na economia mundial. Não se tratou de uma transferência horizontal de tecnologia – desenvolvida, inclusive a partir das matérias primas e do trabalho excedente extraídos e apropriados desses territórios – mas de uma expansão da malha de comunicação que permitiu converter os povos o *resto do mundo* em fornecedores de matérias primas bruta e, ao mesmo tempo, consumidores de bens manufaturados.

Diante desse quadro, mais uma vez, os países do terceiro mundo e as chamadas populações *off-line* resumem-se a territórios abertos, tanto à *exploração* de dados quanto à exportação de tecnologias. Assim como antes, mas sob novas bases tecnológicas, esses territórios são disputados, não apenas a partir da introdução de seus produtos, mas, sobretudo, pela influência direta e indireta sobre a forma que os governos e a política local operam através, de um lado, da coleta e monitoramento de dados e identificação de padrões (PINTO, 2018).

A suposta "era informacional" segue, na verdade, pautada pelos velhos limites materiais de produção. A límpida e supostamente imaterial mineração de criptomoedas, embora dispense a impressão de cédulas e a sua valorização crescentemente especulativa (D-D') o seu lastro é garantido pelo fato de que o descobrimento de novos blocos depende do cálculo realizado por supercomputadores milionários criados especialmente para esse fim e reunidos em fazendas de mineração que consomem mais energia elétrica que alguns países europeus. Ao lado - e como condição de existência - da corrida entre a IBM e a Google pela chamada supremacia quântica por uma tecnologia computacional que supere a lógica binária dos supercomputadores atualmente existentes, existe uma demanda crescente por minérios como o coltan, formado por columbita - de onde se extrai nióbio - e tantalita, pois são base para condensadores eletrônicos e supercondutores.

Segundo a pensadora etíope, Abeba Birhane (2020), o continente africano sofre, uma investida colonialista em termos de imposição das tecnologias oriundas das *big techs* do Vale do Silício. As inteligências artificiais e algoritmos exportadas para a África, possuem seu *machine learning* fundamentados na racialização e nos valores culturais ocidentais, inibindo a produção autóctone. O controle da infraestrutura digital africana é efetivado por monopólios imperialistas como Meta (antigo Facebook) e Google, sempre defendidos por discursos que requentam a ideologia de *mission civilisatrice*. Conectar os desconectados, “democratizar” o acesso a bancos e *fintechs* (BIRHANE, 2020).

É professado um verdadeiro *evangelismo tecnológico*, é em conferências como o CyFy África, como a ocorrida em Tânger, em 2019, onde o mantra de aceleração, “inovação” e crença inexorável no uso de I.A.s, são promovidos por governos, empresas e mídia. África, um continente rico em dados, dados que estariam ao livre dispor do colonialismo digital, assim como no passado se considerou a terra e os minérios, além da força de trabalho africana.

Equivalente africanos das novas empresas de tecnologia do Vale do Silício pode ser encontrado em todas as esferas possíveis da vida, em qualquer canto do continente - no “Vale do Sheba” em Addis Abeba, no “Vale de Yabacon” em Lagos e na “Savana do Silício” em Nairobi, para citar alguns - buscam “inovações de ponta” em setores como bancos, finanças, assistência à saúde e educação. Estes são dirigidos por tecnólogos e setores financeiros, dentro e fora do continente. Esses tecnólogos e setores financeiros aparentemente querem “resolver” os problemas da sociedade e os dados e a IA aparentemente fornece soluções ótimas. (BIRHANE, 2020, p. 160).

Birhane (2020) nos elucida sobre o exagero (*over-hype*) acerca do uso de I.A.s, muita preocupação com a “singularidade” e com “superinteligência” que poderia se revoltar contra o ser humanos, mas pouco se analisa o perigo real da racialização algorítmica, já que capitais como Kampala e Johannesburg, implementam ferramentas de reconhecimento facial. O que queremos destacar, aqui, é a materialidade (neocolonial) que dá suporte àquilo que se tem nomeado por imaterial.

Caso os governos não cooperem com seus interesses, as Big Techs dispõem de meios para influenciar eleições e acontecimentos políticos de modo a moldar padrões globais que sirvam aos seus modelos de negócios. O famoso escândalo da Cambridge Analytica na eleição presidencial dos EUA é só a ponta de iceberg que se apresenta como desafio às democracias burguesas contemporâneas (ITUASSU et al, 2019).

Outro trágico exemplo é a política do Governo Brasileiro diante da “guerra comercial” entre EUA e China em torno das tecnologias do chamado 5G, em que o Brasil não tem protagonismo algum, exceto na escolha dos novos “colonizadores digitais”. Como afirma Patrícia Maurício et al.:

O Brasil tem um imenso mercado consumidor, no entanto, a disputa pela hegemonia da Internet das Coisas (IoT) guarda semelhanças com o pacto colonial em que o país exportava matéria prima e importava produtos manufaturados. Se na época do Brasil Colônia víamos sair do país cana-de-açúcar e metais preciosos, agora o que se fornece são milhões de “nativos” dependentes desses “manufaturados pós-modernas”. EUA e China são “colonizadores digitais”. Em vez de desbravarem mares turbulentos e desconhecidos com bússolas e astrolábios, os novos colonizadores navegam com aplicativos de última geração, que fornecem aos colonizados a oportunidade do consumo e a sensação de pertencimento a uma aldeia hiperconectada. Essa aldeia hiperconectada forma também uma Ágora Digital, um espaço que pode ser definido como o da vida social, em que são realizados em várias arenas debates sobre os mais diversos objetos de interesse.

Assange (2015) alerta para os perigos em termos de espionagem política e industrial por parte do Google, que está totalmente alinhada com os interesses imperialistas estadunidenses. As denúncias feitas por Snowden deveriam ter aberto os olhos dos brasileiros e do mundo sobre a ingerência do imperialismo na produção de petróleo nacional e até mesmo no *lanfare* que derrubou Dilma Rousseff. Sérgio Moro obteve formação nos Estados Unidos e acesso a informações oriundas de espionagem via NSA. O lavajatismo destruiu o capitalismo nacional, e adequou os interesses geopolíticos aos ditames da política exterior dos EUA, além de tirar Lula da eleição, prendendo o ex-presidente.

Assange (2015) teve uma conversa com os poderosos do Google, Eric Schmidt e Jared Cohen, que buscavam informações acerca da tecnologia do Wikileaks, para escrever um livro. A conversa foi gravada por Assange e dela se produziu um dos documentos mais importantes para analisar a corporação estadunidense. Jared Cohen é o chefe da Jigsaw, ou Google Ideas, o *think/do tank* do Google, foi funcionário do Departamento de Estado e conselheiro de Condoleezza Rice e de Hillary Clinton. Em 2009, na Bagdá ocupada, em ruínas, ele e Eric Schmidt se encontravam e projetavam a dominação tecnológica como instrumento de poder. Schmidt preside a *holding Alphabet Inc*, nome atual do Google. Oriundo da Novell, também está envolvido com organizações que atuam como *fábricas de influência* imperialistas, como a *New America Foundation*, financiada pelo próprio Google, pelo Departamento de Estado, Usaid, Fundação Bill & Melinda Gates, além da *Radio Free Asia* (ASSANGE, 2015).

A ideologia de uma *superpotência benevolente* dissimula totalmente a dominação imperialista pensada conscientemente pelos todos-poderosos dirigentes do Google, um upgrade da *mission civilisatrice*, um controle pervasivo efetuado com uma tecnologia de poder inteligente que explora a liberdade e nos faz reféns e agentes do imperialismo em nossa própria nação. “O Google é diferente. O Google é visionário. O Google é o futuro. O Google é mais do que apenas uma empresa. O Google retribui à comunidade. O Google é uma força do bem.” (ASSANGE, 2015, p. 37).

Em 2012, o Google entrou para a lista dos lobistas que mais gastam em Washington – uma lista que em geral é povoada exclusivamente pela Câmara de Comércio dos Estados Unidos, fornecedores das Forças Armadas e os leviatãs do petróleo e do gás natural[83]. O Google entrou para o ranking acima da gigante militar aeroespacial Lockheed Martin, com US\$ 18,2 milhões gastos em 2012, contra os US\$ 15,3 milhões da Lockheed. A Boeing, fornecedora das Forças Armadas que absorveu a McDonnell Douglas em 1997, também ficou abaixo do Google, com US\$ 15,6 milhões gastos, assim como a Northrop Grumman, com US\$ 17,5 milhões.

Em 2013, Schmidt e Cohen declararam: “O que a Lockheed Martin foi para o século XX, as empresas de tecnologia e cibersegurança serão para o século XXI” (ASSANGE, 2015, p. 40). A outra faceta do colonialismo digital é a sua incontornável materialidade. A divisão de trabalho própria do neocolonialismo tardio impõe drásticos limites geográficos até para as relações de produção. A democracia e o bem estar social, tão importantes à reprodução capitalista nas metrópoles, nunca foram viáveis nas colônias, territórios rasgados pela violência em estado bruto e a racialização. Essa dimensão também se agrava com o advento do colonialismo digital.

Como já foi dito anteriormente, não há *softwares* sem *hardwares*. Falta dizer que também não há *hardware* sem ouro, lítio, columbita e tantalita, coltan, cobalto, entre outros. Dado a importância da indústria eletrônica para os modos de existir do capitalismo contemporâneo, é fácil concluir que a sua reprodução seria inviável sem o acesso a essas matérias primas. Novamente, observa-se uma das facetas mais violentas do colonialismo digital uma vez que aqui, o extrativismo não evoluiu desde as antigas colônias do século XIX.

Os conflitos em torno dessas *commodities*, provocados em nações como a República Democrática do Congo, Nigéria ou no Mali, por milícias financiadas por empresas partícipes da cadeia produtiva informacional, são emblemáticos neste sentido. Pode soar irônico que a multinacional estadunidense I.T.T (International Telephone & Telegraph) denunciada em canto de guerra pelo pai do afrobeat Fela Kuti seja, justamente, uma empresa de telecomunicações. Assim como nos tempos de Fanon, é o Colonialismo Digital que garante o funcionamento normal de nossos smartphones e sistemas de navegação aérea. Um fenômeno que só é possível mediante a criação permanente de mundos de morte em territórios de extração de matérias-primas imprescindíveis para a indústria eletrônica, como as minas em Lago Kivu, fronteira do Congo com Ruanda e Burundi.

Mas o colonialismo digital também está presente no poder político que as corporações da indústria digital passam a ter. O poder geopolítico das Big Techs é acrescido pela centralidade das tecnologias informacionais na produção e funcionamento de produtos de diversos ramos estratégicos da produção, onde se destacam a indústria bélica, de transporte e de telecomunicações, mas, pela influência indireta que exercem sobre a opinião pública a depender de como direcionam o conteúdo disponível em suas plataformas.

Para além disso, elas seguem disputando os rumos da *bios* política a partir de diversos meios de persuasão que não se sofisticaram muito em relação a suas predecessoras, mas gozam, atualmente, de novas possibilidades. Se a estadunidense I.T.T. atuou em favor do nazismo, do golpe de Estado a Salvador Allende e do apoio a governos corruptos em vários países da África e América Latina. Quando esse livro era finalizado, a Microsoft, Google, Tesla, Apple e Facebook tomaram partido da Ucrânia, ao anunciar sanções à Rússia.

Outro elemento relacionado à materialidade concreta do colonialismo digital se apresenta através do controle monopolista da infraestrutura de hardware e software de redes, data centers, servidores e controle da força de trabalho, do cognitariado e precariado, que são a carne a ser moída para a acumulação atual, programando e pedalando, sendo colocados como biorobôs que executam ordens emitidas por uma voz robotizada, controlada pela I.A. da plataforma. Uma ciborguização alienante, onde o conhecimento evanesce e é proclamado o reino dataísta, o fetiche pelos dados e a morte da narrativa.

Ex-colônias britânicas como Índia e Bangladesh – nações sub imperialistas e, ao mesmo tempo, fartos celeiros para a super-exploração garantida pela falta de regulação trabalhista - recebem call centers terceirizados responsáveis pelo tagueamento e moderação de conteúdos impróprios que circulam nas grandes plataformas. Esta curiosa operação que explicita os limites da chamada inteligência artificial oferece uma série de traumas psíquicos e ocupacionais aos seus funcionários, impossibilitados de responsabilizar seus contratantes uma vez que se encontram desprotegidos dos direitos trabalhistas.

Por fim, e não menos importante, é a ligação do colonialismo digital com as políticas de investimento e inovação. O acesso a *joint venture capitalists* em *start ups*, em disrupção - “a palavra predileta das elites digitais” (MOROZOV, 2018, p. 27), pesquisa, colonização das universidades em prol dos

ditames das corporações big tech, moldando pesquisadores já na sua formação, “parcerias” entre as empresas e universidades, fundações público-privadas.

A já mencionada *fabrilização da cidade*, de que fala Ferrari é, também, como a própria socióloga identificou, uma proletarianização da vida privada, em suas dimensões individuais e, sobretudo subjetiva. Atualmente, estamos assistindo à uma uberização da vida cotidiana através da monetização da nossa imagem cotidianamente capturada por aparelhos cada vez mais presentes em todos os momentos (Faustino e Lippold, 2022). É, pois, neste ponto que o colonialismo digital se converte em uma forma de dominação que tem sido nomeada como i-colonialism ou colonialismo de dados. A esse respeito, Achille Mbembe (2013) chega a afirmar que o rebaixamento reificador que reduziu aos povos africanos à condição de *homem moeda* é, agora, universalizada pelo desenvolvimento tecnológico e vivida por todos os usuários informacionais.

Podemos supor que a racialização, como discurso que fixa os sujeitos nas representações objetificantes criadas pelo colonialismo, aparece aqui como enclausuramento de toda humanidade pelas máquinas que outrora criou. Ocorre, como enfatizamos (Faustino e Lippold, 2022), que a verdadeira e principal contradição não se dá entre humanos e máquinas, mas sim, entre humanos (detentores) e humanos (não-detentores) dos meios e possibilidade de produção da vida. O que não significa que a luta de classes não tenha no desenho e emprego das máquinas uma dimensão fundamental dessa luta (de classes). Veremos, pois, que essa luta também é incontornavelmente racializada.

Racialização digital e o fardo do nerd branco

O silêncio da literatura especializada em digital colonialism, i-colonialism ou data colonialism, sobre o racismo no universo digital é ensurdecedor. Se o racismo foi e continua sendo a base para as velhas e novas formas de colonialismo, nos perguntamos, como nos foi possível o advento de toda uma literatura sobre COLONIALISMO (digital) que não discute o racismo? Embora estejamos tratando, fundamentalmente, de um arsenal teórico muito mais crítico que esse, a revisão bibliográfica que sustenta esse trabalho nos fez perguntar se esse campo de estudos não é, em sua grande maioria, contaminado pelo *fardo do nerd branco*. Frantz Fanon nos lembra que o racismo não se expressa apenas sobre as ofensas abertamente violentas ou estereotipadas, mas, sobretudo, na suposta universalização dos referenciais particulares europeus. Uma espécie de *identitarismo branco* permite ao pensamento crítico se supor radical sem, contudo, enfrentar as dimensões raciais da exploração de classe (FAUSTINO, 2021a; 2018).

O que procuramos chamar a atenção aqui, é que a tendente universalização da “condição negra” narrada por Mbembe (2013) e muitas vezes mobilizada para problematizar o colonialismo de dados, não substituiu a diferenciação fenotípica promovida pelo racismo antinegro. Em resultado, uma vez que todos tendemos (cada vez mais) a ser reduzidos à mercadoria, encontramos no racismo um elemento ideológico que diferencia o **preço** de cada mercadoria e, sobretudo, os critérios que definem e autorizam quais delas

podem ser descartadas e quais, mesmo quando supérfluas, não são passíveis de tais redução. Falamos em preço, ao invés de valor, porque o tempo de trabalho socialmente necessário empreendido por um trabalhador negro é o mesmo que o de um branco, já o seu preço no mercado de trabalho não. Mais do que isso, a experiência colonial nos desafia a equacionar a exploração capitalista para além da simples exploração da mais valia, como prevista pela teoria do valor.

Denise Ferreira Silva (2017) retoma os cálculos de Marx a respeito do valor do linho na revolução industrial para direcionar reflexão sobre o valor para a exploração escravista, não contabilizada no cálculo da mais valia. Esse quantum de valor obtido pelo trabalho não pago e não mensurado representa uma parte fundamental da riqueza produzida na modernidade. Ainda assim, a máxima cantada por Elza Soares não se desatualizou e, em consequência, *a carne mais barata do mercado continua sendo a carne negra*, justamente a que mais contribuiu para o enriquecimento humano genérico a partir de sua exploração em estado bruto. Se há uma colonização digital, ergue-se como prioridade a investigação sobre como e em que medida a racialização se presentifica neste contexto.

Essa investigação vem sendo feita por uma rede sólida - embora ainda pequena - de pesquisadores alocados em diversas partes do mundo. Destacamos, neste sentido, o brilhante trabalho do Professor Tarcízio Silva (2019), Joy Buolamwini (2018), a Professora Safiya Umoja Noble (2018), entre outros. Como já foi discutido, algoritmos são produções humanas e, portanto, atravessados por tradições, valores subjetivamente e intersubjetivamente partilhados (SILVA, 2019), mas, sobretudo, com finalidades historicamente determinadas.

[...] grupos de cientistas, teóricas e ativistas da comunicação e tecnologia apontaram os processos pelos quais a construção tanto das tecnologias digitais de comunicação quanto da ideologia do Vale do Silício são racializadas, a partir de uma lógica da supremacia branca[...] (SILVA, 2020, p.129)

Em uma palestra oferecida ao NEABI do Campus Avançado Ubá, no ano de 2021, o pesquisador Tarcízio Silva falou dos cinco pilares do racismo algorítmico. O primeiro é o que ele chama de *Looping de feedback*: o modo como sistemas de inteligência artificial promove vieses de discriminação racial já existentes na sociedade. Cita como exemplos os sistemas de reconhecimento de objeto (aprendizado de máquinas) e imagens que tendem a incorporar os vieses raciais e fazer associações racializadas. O segundo pilar é o que ele chama de *humanidade diferencial*: o modo como o racismo acaba promovendo o grupo hegemônico em detrimento de minorias, consolidando uma espécie de distribuição racial do sistema tecnológico.

O terceiro pilar, segundo argumenta, é o paradoxo entre invisibilidade e hipervisibilidade. Baseado nos estudos de Joy Buolamwini sobre a *disparidade interseccional*, ele argumenta o racismo pode se manifestar, de um lado, no não reconhecimento correto do traço de mulheres negras nos app de reconhecimento lúdico ou funcionais, e do outro lado, a hipervisibilidade negra nas formas de dominação

e controle. Como exemplo, Silva lembra que 90,5% das pessoas presas por reconhecimento facial no Brasil são pessoas negras.

O quarto pilar é a *colonialidade global no negócio da tecnologia*. Segundo Tarcízio, grandes empresas de big tech colonizam infra-estruturas tecnológicas em alguns países menos conectados, de forma a restringir o acesso desses povos ao seu monopólio. Um exemplo famoso é a oferta de internet gratuita e de baixa qualidade pela google e o facebook para países com baixíssima conexão como Gâmbia, Sri Lanka, no entanto, o preço cobrado é que as pessoas só podem acessar os produtos dessas mesmas empresas ao invés de terem o acesso ilimitado à internet. Essa proposta chegou a ser apresentada pelo Facebook ao Brasil, mas foi rejeitada pela então Presidente Dilma. O quinto pilar é o que Silva chama de *colonialidade de campo*. O pesquisador observa como as disciplinas do campo da informação tendem a negligenciar a presença do racismo em seus objetos de estudo e formação de profissionais, professores e novos pesquisadores.

Esses elementos colocam o desafio de discutir não apenas as tecnologias, em si, mas, especialmente, os usos, tipo de programação e a finalidade que lhes estruturam. Embora, a lógica do Capital implique uma orientação dos desenhos tecnológicos caminhe na direção da maximização dos lucros e não para atender as necessidades humanas, convém lembrar que a determinante econômica não impede que as tecnologias incorporem as contradições sociais de uma dada época, como é o caso do racismo, do machismo, da homofobia, do racismo religioso, entre outros (QUEIROZ; QUELUZ, 2011).

[...]Nos ambientes digitais, entretanto, temos um desafio ainda mais profundo quanto à materialidade dos modos pelos quais o racismo se imbrica nas tecnologias digitais através de processos “invisíveis” nos recursos automatizados como recomendação de conteúdo, reconhecimento facial e processamento de imagens.[...]” (SILVA, 2020, p. 130).

Este aspecto é importante para o argumento aqui assumido. Se os códigos são, mesmo em sua tendente automação, padrões socialmente determinados, o termo “racismo algorítmico” não tenderia a escamotear a autoria do racismo, transferindo-a para os códigos enquanto oculta os seus programadores, esse sim humanos formados e informados por dadas relações sociais de poder?

Acreditamos, portanto, que a noção de *racialização codificada* ou *racialização digital* possa ser mais abrangente para dar conta da explicitação do contexto material de desenho dos algoritmos de forma a evidenciar a seletividade racial dos cargos técnicos em empresas de programação, a distribuição social desigual de prestígio entre produtores de conteúdo digitais na internet (PROPMARK, 2020) e codificação naturalizada dos discursos e estética racistas nas mídias sociais e bancos de imagem digitais.

Convém destacar, ainda, a racialização codificada em aplicativos de reconhecimento facial, ao não identificarem os traços negros com precisão (NOBLE, 2018) e, sobretudo, uma certa eugenia política (SILVEIRA, 2020) presente no “aprendizado de máquinas”. A eugenia se materializa tanto na utilização estética e cultural branco-ocidental como parâmetro de humanidade quanto na exclusão ou desigualdade do acesso às tecnologias informacionais.

Se retomarmos a máxima segundo a qual todos somos ciborgues, pode-se supor os efeitos das desigualdades sócio-raciais no acesso à maximização e potencialização cérebro-corpórea que o emprego das novas tecnologias e suas redes neurais possibilitam, criando, assim, novas hierarquias bio-econômicas-raciais. Isso para não falar na distribuição racial desigual do acesso à internet e seus meios materiais de existência – infraestrutura física, computador, celular, etc. A pandemia de Covid-19 explicitou o abismo entre estudantes brancos e negros no que concerne ao acesso aos meios necessários ao ensino remoto (FERREIRA, 2020).

Por fim, é válido comentar a captura das agências políticas para fins de engajamento e confinamento em bolhas identitárias, o que não é exclusividade do associativismo negro. Este aspecto é delicado, porque, de um lado, essas tecnologias apresentam-se como novas formas de dominação, cooptação e controle sobre a sociedade, mas também, ao mesmo tempo, ofereceram oportunidade para novas formas de agência política. A expansão do acesso à internet reconfigurou irreversivelmente o jogo político em todo o mundo, descentralizando relativamente à possibilidade da fala, colaboração e criatividade, ainda que as possibilidades de escuta permaneçam centralizadas por algoritmos racializados.

A pergunta que cabe fazer é: em que medida o ativismo quando restrito às grandes plataformas privadas – fornecidas pelos grandes monopólios informacionais – representa realmente uma subversão da ordem estabelecida ou apenas mais uma estratégia de ampliação de tempo de permanência dos usuários em seu interior, com vistas às já anunciadas finalidades de extração e venda de dados? Poderiam as ferramentas do Senhor dismantlar a casa grande? (LORDE, 1984).

Os primórdios da internet pareciam nos oferecer uma ferramenta definitivamente libertária, seria uma democratização do acesso ao conhecimento, um processo de desterritorialização que uniria os usuários na “aldeia global”. Como vimos, inicialmente, a internet era uma tecnologia militar e das universidades estadunidenses ligadas diretamente ao orçamento militar de defesa. No entanto, as tecnoutopias, foram dando lugar a um crepúsculo da liberdade na rede ao subsumir-se na plataforma da vida. Vigilantismo digital, ciberarmas que espionam dissidentes, como o *Pegasus* israelense, criado pela NSO, empresa de contrainteligência israelense, uma mercantilização da vida, a transformação da experiência de vida e da expertise dos trabalhadores em código binário.

Parece que no capitalismo, toda revolução tecnológica enfrenta esse aparente antagonismo entre privatização monopolista versus democratização. Alguns exemplos são a prensa mecânica criada na China por Bi Sheng, no século XI, depois difundida para Europa por Gutenberg e as tentativas de controle da tecnologia do livro, pela Igreja através do *index librorum prohibitorum*, e pelo capitalismo, com a criação da propriedade intelectual, *copyright*. Do mesmo modo, a tecnologia da radiodifusão, tão bem analisada por Brecht em sua teoria sobre o rádio.

A ideologia que imperou no mundo digital foi aquela que emergiu das entranhas das corporações do Vale do Silício, que segundo Foletto do BaixaCultura, na Introdução de Ideologia Californiana (BARBROOK; CAMERON, 2018, p.5) consiste em

[...] uma improvável mescla das atitudes boêmias e antiautoritárias da contracultura da costa oeste dos EUA com o utopismo tecnológico e o liberalismo econômico. Dessa mistura hippie com yuppie nasceria o espírito das empresas .com do Vale do Silício, que passaram a alimentar a ideia de que todos podem ser “hip and rich” – para isso basta acreditar em seu trabalho e ter fé que as novas tecnologias de informação vão emancipar o ser humano ampliando a liberdade de cada um e reduzir o poder do estado burocrático.

Os autores do ensaio, Barbrook e Cameron (2018, p.12) definiram a ideologia californiana como uma “nova fé” que “[...] emergiu da bizarra fusão de boemia cultural de São Francisco com as indústrias de alta tecnologia do Vale do Silício.” Foi amplamente difundida com cultura do *faça você mesmo* (*do it yourself*) promovida pela mídia hegemônica estadunidense a partir de um escamoteamento da história da Califórnia, ou seja, o extermínio dos indígenas, escravização dos africanos e subalternização dos mexicanos. “[...]Sua visão utópica da Califórnia depende de uma cegueira voluntária frente a outras – e muito menos positivas – características da vida na costa oeste: racismo, pobreza e degradação do meio ambiente. [...]” (BARBROOK; CAMERON, 2018:12-13).

Uma das principais contradições da ideologia californiana é o culto ao livre mercado, e o anti-estatismo, sendo que grande parte dos investimentos na internet foram estatais, via militares e universidades. Além disso, professa a crença ideológica no Robison Crusoé capitalista. A imagem de um hacker solitário lutando contra o sistema, idealizado pela literatura cyberpunk, não deixa de reproduzir a ideologia do *self made man* e do *do it yourself* da ideologia californiana. O hacktivismo atual compreende a força do agir coletivo, da coletividade (BARBROOK; CAMERON, 2018).

O elemento que uniu nova direita e nova esquerda na costa oeste, é a defesa de uma democracia jeffersoniana, com ideias oriundas de um escravista e latifundiário da Virgínia, que assentou a liberdade dos brancos sobre a escravização negra. Para Thomas Jefferson, o negro é um ser humano, mas antes de tudo é uma propriedade, e o direito sagrado da propriedade não poderia ser violado (BARBROOK; CAMERON, 2018). As contradições envolvendo classe e raça na costa oeste, continuaram a se manifestar na ideologia californiana, pois a classe virtual foi formada por brancos, que em geral se retiram para seus bairros vigiados e segregados dos negros e hispânicos. Não podemos deixar de lembrar das palavras de Fanon, acerca da compartimentação racializada do espaço colonial, a cidade do colono e a cidade do colonizado.

Cria-se uma dialética do mestre ciborgue e do escravo robô, uma releitura de Hegel poderia nos apoiar nesse processo de desenvolvimento contraditório. Jefferson em sua propriedade escravista produziu uma série de tecnologias para intermediar seu contato com os escravizados. Os brancos da classe sonham com a tecnoutopia do “pós-humano”, “[...] uma manifestação biotecnológica dos privilégios[...]” (BARBROOK; CAMERON, 2018) de classe. Não só o desejo de otimizar desempenho de modo ciborguiano, mas uma manifestação das bases da ideologia atual veiculada nas redes sociais, que reforçam

a busca de auto satisfação narcísica, através de terapias alternativas, misticismo e um egocentrismo que engole o outro em um Grande Eu.

Por outro lado, a fantasia de criar o escravo perfeito, o *robota*, que em língua eslava significa escravo, trabalho forçado. Assim, como slave, escravo se origina na palavra eslavo, devido a escravização dos povos eslavos, pelo Sacro Império Germânico (I Reich).

Apesar destas fantasias, os brancos da Califórnia continuam dependentes de seus colegas humanos de pele mais escura para trabalhar em suas fábricas, colher seus cereais, cuidar de suas crianças e cultivar seus jardins. Após os tumultos de Los Angeles, eles cada vez mais temem que esta “subclasse” vá um dia exigir sua libertação. Se escravos humanos não são totalmente confiáveis, então escravos mecânicos terão de ser inventados. A busca pelo Santo Graal da “Inteligência Artificial” revela este desejo pelo Golem – um forte e leal escravo cuja pele tem a cor da terra e cujas entranhas são feitas de areia. Como nas histórias de robôs de Asimov, os tecno-utópicos imaginam ser possível obter mão-de-obra como a escrava por meio de máquinas inanimadas. Porém, apesar de a tecnologia poder armazenar ou amplificar o trabalho, ela não pode nunca remover a necessidade de os humanos inventarem, construírem e manterem estas máquinas em primeiro lugar. Trabalho escravo não pode ser obtido sem escravizar alguém. Por todo o mundo, a Ideologia Californiana foi aceita como uma forma otimista e emancipadora de determinismo tecnológico. Porém, esta fantasia utópica da costa oeste depende de sua cegueira frente à – e dependência de – polarização social e racial da sociedade em que nasceu. (BARBROOK; CAMERON, 2018, p.33)

O *fardo do nerd branco* é uma reabilitação da ideologia do White Man’s Burden, plasmada no “poema” do branco inglês Rudyard Kipling, lançado na ocasião da conquista das Filipinas pelos Estados Unidos. Suas bases em termos de ideologia são: 1. racismo pseudocientífico; 2. destino manifesto estadunidense, 3. mission civilizatrice europeia. O homem branco é alavancado como o universal e telos em-si da civilização, e por ter alçado tal lugar, tem que iluminar as trevas infamantes do colonizado, como afirmou Memmi (1977). O colonialismo é um bem supremo para os bárbaros e selvagens, a Europa diz introduzir a higiene, os hospitais, as estradas, as técnicas e tecnologias. Bondade, brancura, branquidade e branquitude: os colonizados deveriam agradecer as “benesses” da civilização. Nada mais justo que roubar suas terras e minérios, exaurir a força de trabalho e domesticar a napalm, baionetada e metralhadas suas “criancices”, pois o colonizado sempre é tratado como infantil.

Assim como o racismo religioso, baseado na leitura cristão medieval da Maldição de Cam, foi reconfigurado e rearticulado pelo racismo pseudocientífico, o nerd branco reabilita o fardo do homem branco. Iniciativas oriundas das big techs do Vale do Silício querem ajudar o sul do mundo, principalmente o continente africano:

No livro *A nova era digital*, os senhores Schmidt e Cohen assumem alegremente o fardo do ‘nerd branco’. O texto é cheio de figuras de pele escura convenientes e hipotéticas: pescadores congolenses, designers gráficos de Botsuana, ativistas anticorrupção de San Salvador e criadores de gado analfabetos do povo massai no Serengeti... todos obedientemente convocados para demonstrar as propriedades progressistas dos telefones do Google conectados à cadeia de fornecimento de informações do império

ocidental[...]. O livro é uma obra funestamente seminal, e nenhum dos autores parece ter a capacidade de enxergar, e muito menos de expressar, a titânica perversidade centralizadora que estão construindo. (ASSANGE, 2015).

Por trás da potência benevolente estão os interesses imperialistas mais sórdidos, articulados por uma ideologia de missão civilizadora, que é a velha ladainha colonialista, tão bem analisada por Fanon e Nkrumah, que foi inicialmente, expandida em prol da salvação de certas almas e a danação do outro, pelo signo da cruz e pelo aço frio da espada, depois pela metralhadora gatling e agora por satélites que visam conectar os novos colonizados digitais, mas ao custo de expropriar e mercantilizar sua vida, dentro da acumulação primitiva de dados e da extração direta de seus minérios, apoiando-se em *lanfare*, em golpes e regimes necropolíticos.

Considerações preliminares

O colonialismo digital é um fenômeno inserido dentro da fase neocolonialista tardia (Yeros e Jha, 2020) do modo de produção capitalista. Para compreendê-lo como totalidade concreta fez-se necessário correlacionar os elementos e as propriedades que compõem o fenômeno, ou seja, a acumulação primitiva de dados, a racialização digital e o fardo do nerd branco. Partimos de questionamentos sobre a constante ausência de análises do racismo nos estudos sobre colonialismo digital e buscamos em Fanon aportes críticos sobre tecnologia, colonialismo e descolonização. A visão de uma potência benevolente e neutra que emana do Silicon Valley desdobra-se da ideologia californiana: é a sua versão imperialista, incluindo, portanto, as contradições de classe e raça na *West Coast* estadunidense.

Não se observa, portanto, um movimento de regressão feudal ou tecnofeudalismo, como defende Durand (2020), muito menos estamos rumo a um capitalismo imaterial. No final do capítulo 25, do livro I de *O capital*, Marx ironiza a economia política burguesa por descobrir nas colônias o segredo da economia capitalista nas metrópoles, que é a já mencionada expropriação que "liberta" (retira violentamente) os trabalhadores as condições próprias de sobrevivência, fazendo com que a venda da força de trabalho seja a única possibilidade. Marx explica que a expropriação não cria apenas trabalhadores livres mas, sobretudo uma massa de despossuídos miseráveis que ele nomeia como a "massa do povo".

Essa massa miserável, na Inglaterra do século XVIII-XIX, era condição para o trabalho assalariado capitalista porque a ampla oferta de gente regulava o valor da força de trabalho, baixando o salário, o chamado exército industrial de reserva. Há, para Marx, uma superpopulação relativa neste exército de reserva que nunca será absorvida mas que cumpre um papel importante neste momento de consolidação da indústria.

As tecnologias informacionais têm expulsado - a uma velocidade exponencial - cada vez mais trabalho vivo do interior das fábricas e que há no atual estágio de acumulação capitalista, uma tendente conversão das forças produtivas em forças destrutivas. É sabido que em momentos de crise, a queima de trabalho morto através de guerras é uma forma de dinamizar a economia. Talvez, a atualidade do presente

momento é que a queima de trabalho vivo também passa a ser lucrativa, ainda que pareça antieconômica. Ela pode ser lucrativa desde que devidamente controlada em territórios malditos, delimitados por grandes interesses imperialistas de acumulação. O racismo segue tendo uma função econômica bastante atual aqui: distinguir aqueles que podem ser queimados, sem comoção e implicações éticas daqueles cujo a dor será tomada como parâmetro universal.

Ironicamente, é o próprio capital que reintroduz o racismo e a racialização no interior das expressões contemporâneas da luta de classes. Tomar partido da contradição capital-trabalho implica, portanto, considerar, o conjunto de contradições vividas pela **massa do povo** dentro e fora da fábrica (e aqui não se pode negligenciar as contradições de gênero, orientação sexual e ambientais). Independente da iniciativa teórica ou política que o valha, a análise detida do colonialismo digital se coloca como tarefa imperiosa.

Referências:

- AMAZON. **Annual Report**. 2019. Disponível em: https://s2.q4cdn.com/299287126/files/doc_financials/2020/ar/2019-Annual-Report.pdf. Acesso em: 22 fev. 2022.
- ASSANGE, Julian. **Wikileaks**: quando o google encontrou o wikileaks. São Paulo: Boitempo, 2015. Tradução Cristina Yamagami.
- BARBROOK, Richard; CAMERON, Andy. **A Ideologia Californiana**: uma crítica ao livre mercado nascido no vale do sílicio. União da Vitória: Monstro dos Mares e Baixacultura, 2018. 44 p. Traduzido por Marcelo Träsel - Introdução e revisão de Leonardo Foletto - Capa e diagramação por Vertov Rox. Disponível em: <<https://baixacultura.org/loja/a-ideologia-californiana/>>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- BIRHANE, Abeba. Colonização Algorítmica da África. SILVA, Tarcízio (org.). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais**: Olhares afrodiaspóricos São Paulo: LiteraRUA, 2020.
- BLOG DO MORAES. **Big Techs**: teia de aranha digital-financeira entra em novo patamar de acumulação e controle sobre o mundo real e o poder. 2021. Disponível em: <<http://www.robertomoraes.com.br/2021/11/big-techs-teia-de-aranha-digital.html>> Acesso em: 17 de nov. de 2021
- BUOLAMWINI, Joy e Gebru, Timnit. **Gender Shades**: intersectional Accuracy disparities in commercial gender classification. *Proceedings of Machine Learning Research* 81:1–15, 2018
- DURAND, Cédric. **Techno-féodalisme**. Paris: Editions La Découverte, 2020.
- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Tradução de Enilce Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.
- FAUSTINO, Deivison. A “interdição do reconhecimento” em Frantz Fanon: a negação colonial, a dialética hegeliana e a apropriação calibanizada dos cânones ocidentais. **Revista de Filosofia Aurora**, [S.l.], v. 33, n. 59, ago. 2021a. ISSN 1980-5934. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/aurora/article/view/28065>>. Acesso em: 21 jan. 2022.

- FAUSTINO, Deivison. LIPPOLD, Walter. **Colonialismo Digital**: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Raízes da América, 2022.
- FERRARI, Terezinha. **Fabrilização da cidade e ideologia da circulação**. São Paulo: Outras expressões, 2008.
- ITUASSU, Artur et al. Campanhas online e democracia: as mídias digitais nas eleições de 2016 nos Estados Unidos e 2018 no Brasil. In: **O Brasil vai às urnas**: as campanhas eleitorais para presidente na TV e internet. PIMENTEL, Pedro Chapaval; TESSEROLI, Ricardo (ORGs). Londrina: Syntagma Editores, 2019.
- KWET, Michael. **Digital Colonialism**: The evolution of US empire. 2021 Disponível em <<https://longreads.tni.org/digital-colonialism-the-evolution-of-us-empire>>. Acesso em: 05 de dez. de 2021.
- MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013, pp.147-148
- MAURICIO, Patrícia et. al. Colonialismo digital à vista na guerra fria comercial entre EUA e China: o caso Huawei. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 42o **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Belém - PA – 2 a 7/09/2019 Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anaais/nacional2019/resumos/R14-1742-1.pdf>
- MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989
- MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018. 192 p. Tradução de Claudio Marcondes.
- NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of oppression**: How search engines reinforce racism. In: NYU Press, 2018.
- NKRUMAH, Kwame. **Necolonialismo** – último estágio do Imperialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- PINTO, Renata Ávila. Digital sovereignty or digital colonialism? Nes tensions of privacy, security and national policies. In: **SUR** 27, vol. 15, nº 27, 2018.
- POSTONE, M. **Tempo, trabalho e dominação social**: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PROPMARK. **Influenciadores negros têm menor participação em campanhas**. 2020. Disponível em: <https://propmark.com.br/influenciadores-negros-tem-menor-participacao-em-campanhas/>. Acesso em: 12 jan. 2022.
- QUEIROZ, Ivo; QUELUZ, Gilson. Presença africana e teoria crítica da tecnologia: reconhecimento, designer tecnológico e códigos técnicos. In: **Simpósios Nacionais de Tecnologia e Sociedade**, 2011.
- SHIMABUKURU, Igor. Receitas das Big techs disparam em virtude da pandemia do coronavírus. Olhar digital [online]. Disponível em <<https://olhardigital.com.br/2021/05/17/pro/receitas-das-big-techs-disparam-em-virtude-da-pandemia/>> Acesso em 21/01/22.
- SILVA, Denise Ferreira. **A dívida impagável: lendo cenas de valor contra a flecha do tempo**. São Paulo: Oficina de Imaginação Política, 2017. Disponível em: <<https://casadopovo.org.br/wp-content/uploads/2020/01/a-divida-impagavel.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2021.
- SILVA, Tarcizio. Racismo algorítmico em plataformas digitais: microagressões e discriminação em código. In: **Simpósio Internacional LAVITS**, 2019.
- SILVA, Tarcizio. Racismo Algorítmico em plataformas digitais: microagressões e discriminação em código. SILVA, Tarcízio (ORG.). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais**: Olhares afrodiaspóricos. São Paulo: LiteraRUA, 2020.

THE ECONOMIST. The world's most valuable resource is no longer oil, but data. [Online]. disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2017/05/06/the-worlds-most-valuable-resource-is-no-longer-oil-but-data>

YANO, Célio. Apostando no conceito de sociedade 5.0, Japão quer assumir liderança da transformação mundial. [Online] in. Gazeta do Povo. 16/12/2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/sociedade-5-0-japao-quer-assumir-lideranca-da-transformacao-mundial/> Acesso em: 08/04/22.

YEROS, Paris; JHA, Praveen. Neocolonialismo Tardio: Capitalismo Monopolista em Permanente Crise. In: **Agrarian South: Journal of Political Economy**, vol. 9, nº 1, 2020.

Notas

1. Doutor em Sociologia pela UFSCAR. Professor da UNIFESP. Co-Coordenador do Grupo de Pesquisa Reflexos de Palmares: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3039859764604916 Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1381425552378145> . Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3454-7966> . E-mail: deivison.faustino@unifesp.br .
2. Doutor em História pela UFRGS. Professor do Uniafro - UFRGS. Membro do Grupo Reflexo de Palmares: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3039859764604916 Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9363438914171650> . Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8368-4425> . E-mail: prof.walter@proton.me

Recebido em: 18 de jun. 2022
Aprovado em: 01 de set. 2022